



Universidade de Brasília
Curso de Gestão de Políticas Públicas

ABNER DA COSTA PEIXOTO

**INSTRUMENTOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:
Um estudo sobre o Participa.br e o Dialoga Brasil**

Brasília, DF
2015

ABNER DA COSTA PEIXOTO

**INSTRUMENTOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:
Um estudo sobre o Participa.br e o Dialoga Brasil**

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Doutora
Christiana Soares de Freitas

Brasília, DF
2015

ABNER DA COSTA PEIXOTO

**INSTRUMENTOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:
Um estudo sobre o Participa.br e o Dialoga Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas do aluno

Abner da Costa Peixoto

Doutora, Christiana Soares de Freitas
Professora-Orientadora

Doutora, Magda de Lima Lúcio
Professora-Examinadora

Doutor, Daniel Bin
Professor-Examinador

Brasília, 9 de dezembro de 2015

*“The best is yet to come”
Frank Sinatra*

RESUMO

Este trabalho tem como objetos de estudo as plataformas Participa.br e Dialoga Brasil, lançadas como ferramentas de democracia participativa digital, sob responsabilidade da então Secretaria-Geral da Presidência da República. Os objetivos propostos são: definir as características, objetivos, propósitos de cada uma das plataformas para em seguida analisá-las comparativamente com relação às características de participação social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e exploratório, para qual a abordagem utilizada foi o estudo de caso. Foram utilizados dados primários e secundários, entre eles foram utilizadas entrevista, pesquisa documental e bibliográfica. Com os resultados obtidos foi possível caracterizar cada plataforma analisada e observar que, embora uma plataforma tenha maior capacidade participativa que outra, este não é, necessariamente, fator explicativo para seu sucesso ou insucesso, podendo ser explicado por outros fatores como maior apoio político.

Palavras-chave: Democracia Participativa. Democracia Digital. Requisitos Democráticos. Participa.br. Dialoga Brasil. Governo Eletrônico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
Formulação do problema	8
Objetivo Geral.....	10
Objetivos Específicos	10
Justificativa	10
REFERENCIAL TEÓRICO	12
METODOLOGIA	24
RESULTADOS.....	28
Requisitos Democráticos	39
Publicidade	39
Responsividade.....	41
Porosidade.....	43
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	49
APÊNDICE.....	52

INTRODUÇÃO

A sociedade atual tem passado por transformações diversas, muitas delas causadas por avanços tecnológicos os quais têm gerado novas formas de interação. Nesse sentido, mudança importante ocorreu no modo de desenvolvimento do sistema econômico de produção, antes baseado primordialmente na produção de bens tangíveis e agora tendo como importante fonte geradora de riqueza a informação. O capitalismo informacional é marcado pela geração de conhecimento e processamento de informações como fonte de produtividade. Esta característica ao mesmo tempo beneficia e é beneficiada pelos avanços das Tecnologias da Informação (TICs) (CASTELLS, 1999). Segundo Castells,

as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por elas (CASTELLS, 1999, p. 40).

Numa democracia de grandes proporções, como no caso brasileiro, essas mudanças assumem importância ainda maior à medida que permitem a inclusão dos cidadãos no contexto da sociedade da informação. No Brasil, a utilização das TICs passou a ter maior ênfase a partir dos anos 90, com a incorporação de ferramentas de governo eletrônico, especialmente na área tributária, visando à melhoria na arrecadação dos impostos e também à consulta e prestação de serviços em websites governamentais, em grande parte devido à Reforma Administrativa que vinha acontecendo.

As ferramentas de e-Gov passam a ter papel cada vez maior, não apenas na prestação de serviços pelo Estado, mas na capacidade de democratização da informação e empoderamento do cidadão comum, ao permitir que este também transmita suas necessidades ao Estado. Ademais, estudos realizados vêm demonstrando que “existe interesse crescente da população por canais de

comunicação que promovam sua participação direta na esfera pública” (FREITAS, 2014, p. 13).

Segundo Faria, permitir à sociedade opinar e agregar conhecimento na coprodução das políticas públicas dá maior legitimidade e aceitação aos processos e decisões, atenuando uma possível crise democrática de mera representatividade ao se complementar com a democracia participativa (FARIA, 2012; PINHO, 2008).

Segundo Santos e Avritzer (2002, p.69),

[...] as experiências mais significativas de mudança na forma da democracia têm sua origem em movimentos no nível da sociedade que questionam as práticas sociais de exclusão através de ações que geram novas normas e novas formas de controle do governo pelos cidadãos.

Dessa forma, como resposta aos anseios por uma democracia mais permeável, participativa e um Estado mais responsivo à sociedade civil, o governo passa a criar mecanismos que permitam um maior diálogo com a população, tais como o portal e-Democracia¹, da Câmara dos Deputados, o Participa.br² e, mais recentemente, o Dialoga Brasil³.

Formulação do problema

Apesar dos avanços democráticos concretizados desde a Constituição Cidadã de 1988, nosso país não possui um histórico de ser aberto à participação e controle pela sociedade civil, tendo muitas vezes a participação limitada ao voto, num modelo liberal elitista de democracia. Neste modelo as políticas tendem, muitas vezes, a serem desenvolvidas unilateralmente, dentro dos gabinetes da alta burocracia e implementadas num modelo *top-down*, de forma que a abertura política e restauração da democracia, na prática, não implicou necessariamente a mudança no nível que a sociedade almejava em termos de atores e políticas desenvolvidas (SANTOS e AVRITZER, 2002; FONSECA, 2013).

¹ A plataforma pode ser acessada em: www.edemocracia.camara.gov.br

² A plataforma pode ser acessada em: www.participa.br

³ A plataforma pode ser acessada em: www.dialoga.gov.br

Nesse sentido, apesar de termos muitas tecnologias disponíveis, as iniciativas de integração efetiva do cidadão na formulação de políticas públicas não se refletem na mesma medida. E ao contrário do ideal previsto na Constituição de garantia de direitos, acesso à saúde, educação, e justiça, entre tantos outros, há uma defasagem muito grande no cotidiano de boa parte da sociedade (BARROS, 2014).

Ademais, os estudos que buscam avaliar os mecanismos de participação existentes como os Conselhos de Políticas Públicas, as Conferências Nacionais, o Orçamento Participativo, entre outros, mostram que o perfil participante de tais instâncias é muito delimitado e restrito, não alcançando a efetividade almejada. Assim, as TICs se colocam em posição de destaque no sentido de ampliar o alcance e a participação, ainda que a exclusão digital no Brasil seja significativa.

Apesar do otimismo, Pinho (2008) pontua que

[...] as TICs contêm um enorme potencial democrático, desde que haja definição política no sentido da participação popular e da transparência, pois o governo pode deixar de oferecer o que não quer mostrar, para nem mencionar o que pode esconder (p.475).

Como apontado pelo relatório do Banco Mundial, em 2014 o Brasil ainda se encontrava em posição não muito expressiva em relação a ações de governo eletrônico e participação política via internet, ocupando a 57ª posição de melhores serviços de governo eletrônico, e a 24ª posição entre os países com maior participação política pela internet.

Essa cultura de participação limitada, somada às insatisfações de legitimidade refletidas nas decisões tomadas pelos representantes eleitos, refletiu-se nos protestos de junho de 2013; articulados em grande parte pelas mídias sociais (RODRIGUES, 2013), reivindicavam, entre outras coisas, *accountability*, maior participação e poder de influenciar na tomada de decisão do Estado.

Segundo Bresser Pereira (2005, p. 79),

[...] à medida que as organizações da sociedade civil passaram a ser cada vez mais reconhecidas pelo sistema jurídico como interlocutores políticos válidos e

a ganhar legitimidade política, o espaço público aumentou em densidade, criando as condições básicas para a democracia participativa.

A internet é colocada por alguns autores como capaz de solucionar os problemas e limitações de comunicação impostos pela mídia tradicional e com isso melhorar o nível de participação e atuação da sociedade na tomada de decisão do Estado, o que possibilita avanços para a democracia (FARIA, 2012; AMARAL, 2011).

Para verificar a plausibilidade dessa afirmação, este estudo procura realizar uma análise comparativa entre a plataforma de participação social – Participa.br –, e o Dialoga Brasil a fim de verificar como tais mecanismos têm atuado no sentido de fortalecimento da democracia participativa.

Objetivo Geral

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo geral compreender duas plataformas de participação política digital, desenvolvidas pela então Secretaria-Geral da Presidência da República para verificar a efetividade das ferramentas como meios de inserção do cidadão nos processos nacionais de participação política.

Objetivos Específicos

- Definir as características, objetivos, propósitos de cada uma das plataformas.
- Analisar, comparativamente, as características do Participa.br e do Dialoga Brasil para verificar as características de uma e outra em relação ao modelo de democracia participativa.
- Analisar a participação política digital cidadã em cada uma das plataformas.

Justificativa

O uso da internet cada vez mais tem sido apontado como forma de fortalecimento da democracia participativa, como a ferramenta capaz de alcançar maior quantidade de pessoas que os instrumentos tradicionais de participação. Ao mesmo tempo, com o avanço e aperfeiçoamento das TICs, novas oportunidades de interação surgem permitindo à sociedade opinar sobre a atuação do Estado, bem como propor melhorias e inovações. Todavia, até pouco tempo, as pesquisas

analisavam os possíveis benefícios que as novas tecnologias traziam para a sociedade e a Administração Pública, sem, contudo, analisar as ferramentas em si e o uso que é feito destas, devido à incipiência das mesmas. Nesse sentido, esta pesquisa procura aplicar as teorias desenvolvidas, até o momento, na análise particular de duas iniciativas de participação e interação, desenvolvidas pelo Estado, realizando análise crítica de cada ferramenta.

A pesquisa procura também compreender os mecanismos sociais de apropriação de tais espaços em busca de dados objetivos que contribuam para o crescimento da área, fornecendo possíveis subsídios para futuras pesquisas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao analisar as democracias representativas contemporâneas, algumas características têm sido apontadas com certa recorrência, tais como o distanciamento entre representantes e representados, bem como o baixo grau de responsividade por parte do Estado para com a sociedade, levando em alguns casos à apatia do eleitor, a uma visão negativa dos políticos, desconfiança acentuada, ao desinteresse na política, entre outros (AZEVEDO, 2013). Estes acontecimentos levantam questões quanto às possibilidades e limitações de representatividade e participação nesse modelo de democracia.

Gomes aponta requisitos básicos que devem estar presentes no contexto de participação democrática, tais como:

[...] volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial, (...) acesso a debates públicos já começados e possibilidade de iniciar novos debates desta natureza, (...) meios e oportunidades de participação em instituições democráticas, (...) bem como habilitação para oportunidades eficazes de comunicação da esfera civil com seus representantes [...] (GOMES, 2006, p. 2-3).

Nesse sentido, a democracia representativa, idealizada num modelo liberal, tende a limitar tais possibilidades de participação e inclusão da sociedade civil. Sua consolidação se configura por um afastamento entre a esfera de decisão política e a esfera civil (GOMES, 2005). A esfera política passa a ser ocupada por agentes profissionais, que interagem com a sociedade apenas em tempos de eleições para renovação do mandato. Esse modelo foi defendido por estudiosos como Schumpeter, que acreditavam no mínimo de interferência e participação civil para o bom funcionamento da democracia (ROSSETTO *et al*, 2011).

Ainda, conforme Gomes,

Há uma esfera civil, o âmbito da cidadania, considerada o coração dos regimes democráticos, que autoriza, mas não governa, e há, por outro lado, uma esfera política cujo único vínculo constitucional com a esfera civil é de natureza

basicamente eleitoral (cf. Gomes, 2004). O modelo de democracia representativa entra, portanto, em crise (GOMES, 2005, p. 218).

Vizeu e Bin (2008, p. 88) colocam que “mesmo com o sistema da representatividade, vemos a não conformação da vontade do cidadão, pois a gestão burocrática do Estado suprime a liberdade política individual em nome de um pretensão interesse da coletividade, justificada pela competência técnica”. Não obstante uma queda na confiança da sociedade para com as instituições políticas, devido às degradações das práticas democráticas, o apoio e a vontade de melhorar a democracia continuam existindo.

No mesmo sentido, a participação política ganha forte apelo desde os anos 1980 com a redemocratização, ao mesmo tempo em que abre espaço para os mecanismos de participação digital (MARQUES, 2014), sendo um processo que sofre influências não apenas no sentido de maior democracia e participação como também de eficiência da gestão pública (SCHOMMER, 2003).

Por um lado, tivemos a emergência de espaços públicos de participação da sociedade na formulação das políticas públicas, como conselhos, orçamentos participativos e conferências. Porém, Tavares (2012) afirma que transcorridos mais de 20 anos desde que as primeiras experiências de orçamento participativo foram implementadas, não foi detectado grande efeito distributivo; ao contrário, os municípios continuam a dedicar parcelas simbólicas de seus recursos para estes programas. Até por essa razão, pode-se ter uma ideia dos motivos que levam ao afastamento e apatia da sociedade com relação ao Estado.

Semelhantemente nas audiências públicas, a participação tem se mostrado limitada, haja vista a não necessidade de que o governo tenha de responder às demandas, mas apenas escutá-las, o que geraria um processo de pouca efetividade.

Tratando da internet e de suas possibilidades para movimentos sociais, Pereira (2011) coloca que a capacidade de imediatismo, alcance de indivíduos e construção de redes, aliado ao baixo custo, fazem da internet ferramenta de grande importância no processo de mobilização política. Ainda,

[...] a Internet é uma arma fundamental para atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas de organização da sociedade civil, estejam dispostos (...) a participar de ações específicas de protesto [...] (PEREIRA, 2011, p. 16).

As discussões por meio das redes sociais digitais passam a adquirir importância cada vez maior, dada a capacidade de comunicação de alta densidade na web, atingindo não uma parcela restrita a uma localidade, mas todos no planeta. Surge uma nova forma de se fazer política, que motiva tanto ações no interior como no exterior da rede. Ações que desconsideram crenças, atividades profissionais, idade, cultura, bem como demais diversidades, o que permite focar nos assuntos tratados, e não em quem está tratando destes (GUZZI, 2010).

Em junho de 2013, o Brasil foi marcado por protestos em todas as regiões, tanto grandes capitais, como também em cidades menores. Articulados em grande parte pelas redes sociais digitais, ficaram conhecidos como Jornadas de Junho e levaram milhares de pessoas às ruas, tendo como protagonistas jovens, em sua maioria, de diferentes agrupamentos políticos, marcados pela heterogeneidade de demandas e não pertencentes a movimentos sociais, questionando processos e instituições políticas de representação da democracia representativa e seus limites nos espaços institucionais (MOREIRA e SANTIAGO 2013).

Ainda segundo os autores,

Em relação a melhorias das políticas públicas, apesar de alguns avanços, não significou uma mudança que tivesse um impacto nas condições de vida da maioria da população, continuando os problemas relacionados à educação, serviço de transporte público, saúde, segurança pública, além da continuidade da corrupção, que passa a ser mais visível para a sociedade, levando, portanto, a uma maior indignação por parte da população (MOREIRA e SANTIAGO, 2013, p. 15).

Assim, os protestos mostraram a insatisfação da sociedade civil com a forma de representação, com o sistema político brasileiro e também com o comportamento da classe política na elaboração das políticas públicas que pouco dialoga com a

diversidade de sujeitos, a má qualidade das leis, a corrupção e pouca *accountability*, buscando – haja vista tal panorama desanimador – novas formas de participação política. Rossetto *et al* (2011, p. 4) afirma que isso “denota uma retomada da participação através dos novos *inputs* gerados pelas redes digitais e a necessidade de redesenho institucional estatal”.

Como apontado por Faria, os canais de participação não tecnológicos trazem benefícios limitados e a internet teria a capacidade de “instrumentalizar a criação ou aperfeiçoar essas práticas participativas”. Alguns exemplos em portais de democracia digital são as enquetes eletrônicas, consultas públicas on-line, orçamento participativo digital, entre outras (FARIA,2012, p. 25).

Contra as limitações inerentes a uma democracia representativa de grandes proporções, que impossibilita a participação direta, os novos canais de participação poderiam contribuir para uma aproximação entre representantes e representados, numa tentativa de atenuar a crise de representatividade e fortalecer a democracia. Na medida em que se busca aumentar o nível da participação civil, a democracia participativa confere legitimidade ao modelo representativo. Assim não há uma ruptura, mas sim uma complementariedade.

Como afirma Possamai,

A democracia digital, assim definida, não configura um novo tipo democrático; consiste, sim, na criação de um conjunto de ferramentas e canais eletrônicos e digitais que visam atender, de maneira inovadora, as demandas por modernização e, sobretudo, por democratização da gestão pública – demandas essas que remetem à crise do Estado keynesiano-burocrático na década de 1980 (POSSAMAI, 2011, p. 25).

A participação da sociedade civil pode ser viabilizada pelas TICs, as quais conectam todos em redes e oferecem ambientes para capacitação e discussões qualificadas a baixo custo, já que não há a necessidade de alocar grandes quantidades de pessoas em um mesmo local. Isso faz com que mais pessoas possam participar, além de permitir o trabalho colaborativo reduzindo tempo e esforço. Para Ruediger (2002), as ferramentas de governo eletrônico trazem tanto uma capacidade de

mudança institucional com inclusão e participação da sociedade, como também de eficiência e transparência de gestão governamental.

Devido às possibilidades que as TICs oferecem, o aparato estatal passou a utilizar com maior ênfase tais mecanismos a partir dos anos 90, de modo a viabilizar uma nova gestão pública. O uso tem sido ampliado ao longo dos anos, seguindo a evolução tecnológica que agora permite não só a disponibilização de serviços por meio do Estado, mas também a possibilidade de interação com o cidadão. Essa aproximação do Estado com a sociedade por meio das TICs tem sido estimulada por iniciativas tais como o Programa de Governo Eletrônico lançado em 2000, o qual busca ofertar serviços governamentais e informações via internet (FREITAS, 2015).

Como afirma Faria,

O grande ponto de inovação cujo desenvolvimento intensificou-se nos anos 2000 tem sido a adaptação de processos tecnológicos a antigas práticas participativas não digitais, bem como a criação de novas experiências (2012, p. 67).

Há uma mudança na forma do governo interagir com o cidadão, empresas, e mesmo com outros setores governamentais. A prestação de serviços públicos via governo eletrônico é vista como uma das principais formas de modernização do Estado, o qual faz uso cada vez maior das tecnologias (DINIZ, 2009). Ainda segundo o autor, alguns fatores externos teriam exercido influência na adoção de ferramentas de governo eletrônico por parte do Estado, como:

O uso intensivo das TIC's pelos cidadãos, empresas privadas e organizações não governamentais; a migração da informação baseada em papel para mídias eletrônicas e serviços online e o avanço e universalização da infraestrutura pública de telecomunicações e da internet. Outras causas estão associadas às forças provenientes do próprio movimento de reforma do Estado, da modernização da gestão pública e da necessidade de maior eficiência do governo (DINIZ, 2009, p. 24).

Dessa forma, as tecnologias têm avançado nos últimos anos, e o uso das TICs tem se multiplicado na esfera governamental, aplicadas como mecanismos de governo

eletrônico, o que significa a informatização das atividades, a comunicação e interação com o público externo por meio de sites governamentais. Nesses ambientes são apresentados propósitos, realizações, serviços e informações como horário de atendimento, que facilitam a vida do cidadão (PINHO, 2008).

É importante ressaltar a amplitude que as TICs podem alcançar na medida em que não se resumem à melhoria de desempenho governamental, emissão de atestados e declarações como de imposto de renda. Assim,

[...] a adoção de mecanismos de participação digital implica um governo baseado em maior interação com a sociedade, onde esta compartilha com o governo tarefas até então específicas deste (PINHO, 2008, p. 474).

Segundo o estudo e-Government, publicado pela ONU em julho de 2014, o Brasil ocupava a 57ª posição de melhores serviços de governo eletrônico, duas posições acima da última pesquisa, alcançando a pontuação 0,6008, numa escala de 0-1, sendo 1 a melhor pontuação. A pontuação considera indicadores quantitativos de capital humano, infraestrutura de telecomunicações e serviços públicos online. O estudo mostra que os serviços brasileiros de e-gov ainda precisam evoluir em relação à sua oferta e prestação. Ainda segundo o estudo, todos os órgãos públicos brasileiros estão presentes na internet e 68% dos sites governamentais apresentam oferta de dados e indicadores. No quesito sobre maior participação política na internet, o Brasil alcançou a 24ª posição entre 193 países.

Ruediger (2002) já apontava a potencialidade do governo eletrônico ser um instrumento de capacitação política da sociedade e não apenas um provedor de serviços online.

Como afirma Pinho (2008, p. 477), a forma ampliada de governo eletrônico passa a considerar duas frentes interconectadas:

Por um lado, um Estado mais responsivo, aberto à participação da sociedade e transparente e, por outro, considera um papel protagonista da sociedade civil, atribuindo a essas possibilidades, por intermédio dos cidadãos e/ou de movimentos sociais, de checar, aferir, controlar o governo (de maneira mais geral, o próprio Estado) e, ainda, de assumir um papel propositivo.

Nesse sentido, a análise de estudiosos como Pinho (2008) e Rodrigues e Brasil (2010) revelam que, apesar do potencial democrático, tais mecanismos digitais têm se caracterizado pelo baixo nível de interação, participação, controle e capacitação política por parte da sociedade. Os portais eletrônicos, em sua maioria, são bem desenvolvidos, utilizam de maneira satisfatória a tecnologia disponível e disponibilizam informação e serviços ao cidadão. Porém, o desenvolvimento tem sido apenas no sentido *Government-to-citizen*, ou seja, do Estado para o cidadão, não permitindo o sentido contrário, o que limita a pretensa interação com a sociedade.

Gomes (2006, p. 14-19) elenca uma lista de possíveis benefícios que a internet traria para a participação política digital e as respectivas críticas que são feitas às limitações e déficits em contribuir para a democracia.

Vantagem	Descrição
Superação dos limites de tempo e espaço para a participação política.	Tal característica permitiria o diálogo online genuíno, a não contemporaneidade, a troca de informações, bem como contribuições para produção de leis.
Extensão e qualidade do estoque de informações online.	Já que há grande quantidade de informações disponível para formação política do cidadão.
Comodidade, conforto, conveniência e custo.	A comodidade na medida em que há a dispensa do deslocamento espacial, a possibilidade de intervir em casa, no escritório, no trabalho, no ritmo de cada um, com conveniência e baixo custo.
Facilidade e extensão de acesso.	Pelo fato de a internet constituir uma oportunidade de disponibilidade, abertura e transparência, que outros meios não possuem.
Sem filtros nem controles.	Devido (a princípio) ao livre fluxo de informações, e possibilidade de prosperar as liberdades básicas de expressão e opinião sem censura.

Interatividade e interação.	Sua estrutura permite canais de comunicação eficientes, e informação em mão dupla entre Estado e sociedade. De modo que o cidadão sabe o que seus representantes fazem, e estes sabem o que o cidadão deseja, reforçando a responsabilidade do sistema político.
Oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas.	A internet teria a capacidade de dar voz a grupos que são socialmente postos à margem dos fluxos predominantes de comunicação.

Quadro 1: Possíveis benefícios da internet

Fonte: Elaboração própria

Porém, contrapondo-se a tais possíveis benefícios que a internet traria na visão dos entusiastas, Gomes (2006, p. 20-27) também elenca as restrições e déficits que são apontados em relação ao uso da internet e que limitariam as contribuições às democracias modernas.

Limitação	Descrição
Informação política qualificada?	Informação política disponibilizada em grande quantidade, com viés, baixa credibilidade e qualidade para formação adequada da opinião pública, dificultando que o cidadão consiga distinguir entre informações confiáveis, e distorcidas.
Desigualdade de acesso.	Desigualdade de acesso que há em sociedades pouco homogêneas. Faz com que as novas oportunidades de participação fiquem fora do alcance de parcela significativa da sociedade.
Cultura política.	Poucos indícios de interesse político do usuário da internet, nos negócios públicos do Estado, mesmo com informação disponível.
Os meios de massa continuam predominando.	A internet não teria conseguido superar, de forma que o fluxo de comunicação continua sendo unidirecional, e assim sem conseguir revitalizar o processo democrático.
O sistema político continua fechado.	Políticos se adaptaram à internet, utilizando-a para propaganda, política de imagem, condução da opinião pública, de forma que a mudança no ambiente de comunicação não implicou uma mudança no ambiente político.
Liberdade e controle	A internet foi concebida como um ambiente protegido contra qualquer controle e filtro, possibilitando a liberdade de expressão, e isso tem se mostrado um paradoxo na medida em que tem possibilitado informação falsa, criminosa, racista, ofensiva à dignidade humana.
O panótico e a ciber-ameaça	Estaria sendo instaurada uma cultura de ciber-ameaça, assim o que antes era considerado algo bom, no caso a internet, agora estaria sendo convertida em instrumento do mal, permitindo, em nome da democracia, sistemas de vigilância e monitoramento da rede.

Quadro 2: Restrições da internet
Fonte: Elaboração própria

Como afirma Amaral (2011, p. 115),

Não seria possível, apenas com o provimento de acesso aos recursos computacionais, viabilizar a participação política efetiva daqueles indivíduos tão fortemente excluídos da vida pública – social e economicamente.

Ademais, Marques (2014) também ressalta as diferenças nos perfis de uso das ferramentas digitais, e a importância, ainda que incipiente, que há em contar com experiências que ajudem “a forçar representantes e instituições a se exporem e prestarem contas por meio de plataformas de participação digital, do que simplesmente não têm-las” (2014, p. 95). Diminuindo a distância entre representantes e representados.

Dessa forma, cabe o questionamento quanto às plataformas institucionais de participação digital, que buscam a aproximação e interação entre representantes e representados, se estão garantindo a possibilidade da sociedade civil influenciar nos processos de tomada de decisão do Estado (ROSSINI, 2014). Como questiona Faria (2012, p.68), o surgimento de novas práticas participativas significa um redesenho institucional que busca o aperfeiçoamento da representação democrática? Ou será que são apenas mecanismos superficiais, protocolares, para legitimar um processo de decisão?

Como forma de mensurar a qualidade das plataformas governamentais e os diversos usos que o Estado pode fazer dos mecanismos digitais no que concerne à democracia, Silva (2011) elabora um modelo de análise baseado em três exigências que precisariam ser cumpridas pelos sites governamentais: Publicidade; Responsividade; e Porosidade.

Assim, a publicidade se caracteriza pela dimensão da transparência do Estado, e exposição das ações e motivações deste à sociedade. Uma relação que permite compelir os representantes a exercerem seu dever, dando legitimidade às ações, e confiança ao cidadão ao possibilitar meios para controlar e monitorar as ações governamentais. Um portal que possui essa característica deve conseguir disponibilizar informações diversificadas no que diz respeito às informações administrativas, financeiras, e políticas.

A responsividade, por sua vez, evidencia a questão do diálogo entre Estado e sociedade, que se caracteriza desde serviços online e respostas simples sobre informações via e-mail, podendo alcançar dimensões maiores de interação como fóruns e chats, nos quais deve haver discussão e argumentação entre sociedade e representantes, permitindo a construção de consensos e deliberação pública.

Já a porosidade dos portais governamentais se caracteriza por buscar tornar o Estado mais aberto à opinião da sociedade no processo decisório, ao incorporar as demandas dos cidadãos por meio dos mecanismos de participação como consultas públicas via internet, voto online, monitoramento de inputs do cidadão, sondagem de opinião da sociedade, entre outros.

Exigências que devem funcionar como um tripé, de forma integrada. Ainda segundo o autor:

[..] para um portal governamental ser completo, precisa não apenas dispor de conteúdo qualificado a ponto de dar maior transparência às atividades dos agentes do Estado e cumprir o requisito da publicidade. Precisa, concomitantemente, sustentar canais robustos de diálogo com os cidadãos (responsividade) e propiciar modos de incorporar a opinião destes nos processos de decisão política (porosidade) (SILVA, 2011, p. 134).

Ademais, estes requisitos – publicidade, responsividade, porosidade – são qualificados em uma escala que compreende cinco níveis, e vão de formas mais superficiais de aplicação até níveis mais densos de democratização dos mecanismos de participação digital. A subdivisão qualitativa de comunicação se dispõe em: utilitária, informativa, instrutiva, argumentativa e decisória.

O nível utilitário diz respeito à relação instrumental entre Estado e cidadão; o nível informativo se concentra na mensagem de cunho informativo no âmbito do governo eletrônico; o nível instrutivo se caracteriza por uma relação didática por parte do Estado para com o cidadão; o nível argumentativo envolve uma relação mais densa de comunicação e argumentação entre representantes e representados; e o nível decisório, presente apenas no requisito da porosidade é caracterizado pela relação impositiva do cidadão, autor e comunicador da decisão ao Estado.

Por fim, Silva (2011, p. 139) pontua que “os níveis em que a comunicação pode se materializar também não são concorrentes. Diferentes tipos de relações comunicativas (utilitária, informativa, instrutiva, argumentativa e decisória) podem e devem ser estabelecidas simultaneamente para o bom desempenho desses requisitos”.

A partir das teorias abordadas será desenvolvida uma análise crítica a respeito do uso das ferramentas desenvolvidas pela então Secretaria-Geral da Presidência⁴ da República: a Plataforma de participação social – Participa.br e o Dialoga Brasil.

⁴ Após a reforma ministerial ocorrida em 2015, a Secretaria Geral da Presidência tornou-se Secretaria de Governo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, na medida em que busca obter “dados sobre processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos” (GODOY, 1995, p. 58). Ao mesmo tempo, a pesquisa pode ser classificada como descritiva e exploratória, na medida em que busca analisar, compreender e descrever plataformas recentes e pouco estudadas no meio acadêmico. Como aponta Gil (2002), a pesquisa descritiva busca descrever características de determinada população ou fenômeno.

Para realização da pesquisa, utilizou-se a modalidade estudo de caso, a qual compreende o aprofundamento do estudo em apenas um objeto ou conjunto de objetos com os mesmos objetivos e características, buscando o máximo de conhecimento e detalhes sobre este (GIL, 2008).

Foram utilizados dados de fontes primárias e secundárias, obtidos a partir de entrevista, pesquisa documental e bibliográfica. Foram analisados livros, artigos, teses e dissertações acadêmicas sobre o tema e, também, leis, decretos e informações disponibilizadas nos meios eletrônicos institucionais.

A pesquisa orientou-se por meio da netnografia, buscando realizar uma análise das plataformas, de suas funcionalidades e formas de utilização, bem como da maneira como se efetiva a participação social em cada uma para assim compreender a realidade. Ademais, por meio da netnografia foi possível fazer o acompanhamento do conteúdo postado pelos usuários e as relações de interação no processo de construção dos temas.

Pieniz (2009) coloca a etnografia tradicional como um instrumento utilizado para se aproximar, descrever, registrar e compreender as relações em organizações sociais. Um instrumento que é muito utilizado na antropologia. A netnografia, por sua vez, é a aplicação da etnografia em ambientes digitais, com as alterações necessárias, buscando compreender como as pessoas utilizam tais ambientes de participação. Ainda segundo Pieniz (p. 2), “novas formas de sociabilidade humana sugerem novas

configurações nos procedimentos metodológicos a fim de apreender fenômenos recentes”.

Segundo Polivanov (2014), há basicamente duas formas de se realizar uma netnografia em termos de inserção do pesquisador: o silencioso (*lurker*), no qual o pesquisador se coloca em posição observacional, com o objetivo de interferir o mínimo possível; e o *insider*, quando o pesquisador opta por uma posição participativa. Todavia, essa divisão pode variar desde níveis totalmente participativos a uma posição completamente observadora, a depender dos objetivos e questões de cada pesquisa. Nesta pesquisa, optou-se por um posicionamento silencioso (*lurker*), mais distante, observando as interações sociais sem participar ativamente nos ambientes analisados.

Foi realizada entrevista com uma ex-consultora da Secretaria-Geral da Presidência da República que participou de todo o processo de criação do Participa.br, sendo uma importante fonte de conhecimento para esta pesquisa.

Para Gil (2002), a coleta de dados por meio de entrevista permite a investigação do saber, dos desejos, crenças e expectativas do entrevistado. Assim, a entrevista seguiu o modelo semiestruturado, no qual as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. Ademais, as entrevistas oferecem maior flexibilidade, bem como permitem a obtenção de dados não encontrados nas fontes documentais e que interessam à investigação (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 197-198).

A análise dos dados obtidos na entrevista foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, que é feita a partir da transcrição e leitura do conteúdo obtido, com a análise da mensagem, evidenciando assim indicadores e realidades para além da mensagem. Interessa identificar categorias de análise associadas a temas recorrentes que permitam a compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado (BARDIN, 1977).

As plataformas pesquisadas foram desenvolvidas pela então Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), a qual compõe o Poder Executivo Federal e é regida pelas Leis 10.683/03, 11.129/2005, e 11.204/2005.

Entre as atribuições dadas a SG/PR está a criação de canais que viabilizem o relacionamento, a articulação com movimentos sociais e a participação social na discussão e definição da agenda prioritária do país. Ademais, a SG/PR é composta por órgãos, secretarias e departamentos, entre eles a Secretaria Nacional de Articulação Social e a Secretaria Executiva.

Segundo o site da SG/PR, a Secretaria Nacional de Articulação compõe sua estrutura organizacional, sendo a responsável pelo Participa.br⁵, por meio de seus departamentos. Entre suas atribuições estão:

- Coordenar e articular as relações políticas do governo com os diferentes segmentos da sociedade civil;
- Propor e apoiar novos instrumentos de participação social;
- Definir e desenvolver metodologia para coleta de dados com a finalidade de subsidiar o acompanhamento das ações do governo em seu relacionamento com a sociedade civil;
- Cooperar com os movimentos sociais na articulação das agendas e ações que fomentem o diálogo, a participação social e a educação popular;
- Articular, fomentar e apoiar processos educativo-formativos, em conjunto com os movimentos sociais, no âmbito das políticas públicas do Governo Federal e exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Ministro de Estado ou Secretário-Executivo.

A Secretaria Executiva também compõe a estrutura organizacional da SG/PR, e, por sua vez, é a responsável pelo Dialoga Brasil e possui entre suas atribuições:

- Assessorar e assistir ao Ministro em sua representação funcional e política;
- Auxiliar na definição de diretrizes e na implementação de ações da SG/PR;

⁵ A Secretaria Nacional de Articulação era a responsável pelo Participa.br durante o período da pesquisa, podendo deixar de ser após as mudanças ministeriais.

- Submeter ao Ministro o planejamento da ação global da pasta;
- Supervisionar e coordenar as Secretarias Nacionais;
- Assessorar a SG/PR em assuntos referentes à temática de Movimentos Sociais, Juventude e Participação Social.

Foi realizado o acompanhamento dos *sites* institucionais referentes às duas plataformas durante o período de 27 de agosto a 10 de outubro, período em que se buscou compreender os objetivos, as características de participação, semelhanças e diferenças, bem como a quantidade de usuários e propostas existentes em cada plataforma.

RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos a partir da pesquisa etnográfica virtual realizada nas plataformas, identificando as características e os requisitos democráticos existentes e em quais níveis qualitativos estão presentes, bem como as informações obtidas por meio da entrevista.

O Portal da Participação Social – Participa.br – é uma plataforma virtual interativa, uma ferramenta de governança digital desenvolvida em software livre, iniciativa da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) com cooperação do Serviço Federal de Processamento de dados – SERPRO.



Figura 1: Tela inicial do portal Participa.br
Disponível em: www.participa.br

Instituída pela Portaria nº 36, de 11 de Novembro de 2014, a plataforma foi concebida conceitualmente desde outubro de 2011, a partir de uma oficina no Seminário Nacional de Participação Social, ganhando sua primeira versão em 2013, devido à necessidade de envolver a sociedade no processo de construção política, especialmente os que foram às ruas em junho de 2013 protestar contra as instituições governamentais e o sistema político ao não se verem representados pelas políticas adotadas. Pessoas que expressavam o desejo de diálogo e representação nas decisões governamentais. Surgiu, então, a janela de oportunidade com o apoio político necessário para impulsionar uma ideia que, segundo a ex-consultora entrevistada,

vinha sendo desenvolvida, estava no papel, mas ainda estava na “fila” para um dia ser implementada.

A plataforma contou, ainda, com a participação dos alunos do curso de Engenharia de Software da Universidade de Brasília e do coletivo Colivre⁶ – Cooperativa de trabalho em tecnologias livres -, para desenvolvimento da estrutura no software livre noosfero.

O Participa.br teve seu processo de construção e desenvolvimento alinhados aos objetivos da Política Nacional de Participação Social, instituída pelo Decreto Presidencial nº 8243/2014 que trouxe, entre seus objetivos, o artigo 4º, inciso VI,

“incentivar o uso e desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da internet, com adoção de tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente softwares e aplicações, tais como códigos fonte livres e auditáveis, ou os disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro”.

A plataforma foi criada como mais um espaço para participação social, escuta e diálogo entre a administração pública federal e sociedade no Brasil. Foi desenvolvida em software livre, buscando o desenvolvimento de práticas inovadoras de participação via internet, a promoção da interação e a divulgação de conteúdos relacionados às políticas públicas do governo federal. Também tinha como objetivo declarado disponibilizar espaço de manifestação e debate para qualquer cidadão ou organização, com o intuito de construir políticas públicas cada vez mais eficazes e efetivas. Por ser construída em software livre, a plataforma permite que o usuário contribua não apenas para a elaboração de políticas públicas, mas também para a construção da própria plataforma.

Nesse sentido, também foi desenvolvido um aplicativo da plataforma com base em contribuições de pessoas ligadas à área de TI de universidades e associações da sociedade civil, para ser utilizado em eventos do Participa.br.

⁶ O site pode ser acessado em: www.colivre.coop.br

A plataforma é voltada à construção de um conjunto de ambientes que podem ser utilizados por gestores e servidores para proporcionar novas formas de participação a serem apropriadas pela sociedade e à contextualização, organização e facilitação do acesso do cidadão às formas de influenciar nas políticas públicas do governo brasileiro, objetivando servir como um repositório agregador do conhecimento sobre participação social disperso na rede.

Os usuários da plataforma têm acesso a uma variedade de recursos online, incluindo ferramentas de comunicação e interação, fóruns de debate, salas de bate papo, vídeos, mapas, trilhas de participação com diversos mecanismos de consulta, entre outros. A plataforma é dividida em comunidades temáticas que utilizam as Trilhas de Participação para as atividades. Essas trilhas possuem diferentes etapas, tais como: debate, propostas e relatórios. As trilhas podem utilizar diversas ferramentas em cada etapa, como consulta pública, fórum, web conferência ou encontros *online*; ambientes criados por meio da instituição para discussão dos temas e construção colaborativa de políticas públicas. Na imagem abaixo vemos algumas trilhas como PLDO2015 e PLDO2016, e suas respectivas etapas.

The image displays a screenshot of the Participa.br platform interface. It features three main participation trails (trilhas) listed on the left, each with a 'PASSOS' (Steps) section indicating the progress of the process. The first trail is 'PLDO2015 (realizada em 2014)', which includes steps for 'Área de debates', 'Propostas', and 'Relatórios', all marked as 'Fechado'. The second trail is 'PLDO2016', with steps for 'Área de Debates', 'Propostas', and 'Relatórios', also marked as 'Fechado'. The third trail is 'Agendas Transversais 2012', with steps for 'Sumário Executivo' and 'Relatório', both marked as 'Fechado'. On the right side, there is a sidebar with a 'Governo e Política' header, a search bar, and a section for 'PLDO2015 (REALIZADA EM 2014)' with a description and statistics (145 comments, 1169 accesses). Below this, there is another 'Governo e Política' header and a graphic for 'LDO 2016'.

Figura 2: Trilha de participação
Disponível em: <http://www.participa.br/monitoramento/pldo2016>

Dentre os diversos temas tratados nas comunidades e trilhas de participação estão: educação; ciência, informação e comunicação; governo e política; justiça; legislação e muitos outros, totalizando, em setembro de 2015, 119 comunidades e 102 trilhas de participação. Para participar das comunidades e trilhas, o usuário deve se cadastrar com seus dados pessoais. Além disso, os usuários podem sugerir novos temas para debate que poderão se tornar novas comunidades após a moderação e aprovação institucional.

Uma das características principais da plataforma é a possibilidade de o usuário poder propor melhorias e modificações de textos e políticas aos gestores responsáveis pela área e, também, interagir com os outros usuários que estão debatendo sobre o mesmo tema, podendo confrontar ideias, com opções de curtir e responder comentários, fazendo com que o fluxo de informações seja multidimensional. Ademais, a plataforma busca a gestão compartilhada das comunidades e trilhas com os usuários. Na figura a seguir observa-se a interação entre usuários que conseguiram compreender o objetivo da plataforma de debate e construção colaborativa.



Figura 3: Discussão sobre tema
Disponível em: <http://www.participa.br/softwarepublico/regulamento-da-organizacao-e-funcionamento-dos-grupos-de-trabalho-novo>

Todavia, em outros casos, a interação não se dá de maneira eficaz e os usuários acabam apenas expondo suas ideias, sem necessariamente dialogar e construir ideias em conjunto, limitando a aplicação da multidimensionalidade e perdendo o que a princípio é uma vantagem da plataforma, como é possível observar na figura a seguir.

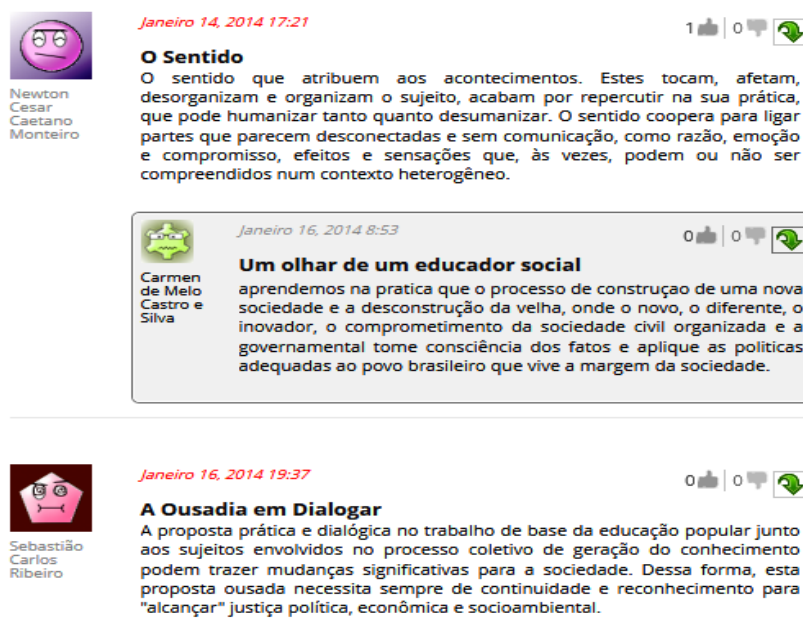


Figura 4: Discussão improdutivo entre usuários no Participa.br
Disponível em: <http://www.participa.br/participal/seminario-experiencias-democraticas-e-os-mecanismos-de-participacao-social>

Essa situação vai ao encontro do que Pinho (2008) propôs ao dizer que apesar do potencial democrático, os mecanismos digitais têm se caracterizado pelo baixo nível de interação e capacitação política por parte da sociedade.

Desde sua criação em 2013 até outubro de 2015, período em que foi realizada a pesquisa, a plataforma registrou mais de 13,5 mil usuários cadastrados, 400 mil comentários e mais de 6 milhões de acessos. Além disso, a trilha de participação que mais obteve contribuições foi a consulta pública sobre o Decreto Presidencial 8243/2014, o qual instituiu a Política Nacional de Participação Social – PNPS, obtendo mais de 700 contribuições da sociedade.

Apesar do número significativo alcançado, foram encontradas poucas trilhas de participação abertas. Do total de 102 trilhas encontradas na plataforma, apenas 39 possuíam histórico de participação com propostas e comentários dos usuários,

perfazendo um percentual de 38,2% das trilhas existentes. Destas, apenas 2 estavam abertas para consulta, não correspondendo aos objetivos iniciais com que foi criada em 2013. Muitas outras trilhas, apesar de constarem os números de acesso, não possuíam nenhum comentário, algo que pode indicar o desinteresse pelo assunto ofertado. Também fortalece a ideia colocada por Gomes (2006) de poucos indícios de interesse político do usuário da internet em algumas áreas do Estado. Na figura a seguir temos um exemplo de trilha que recebeu acessos, mas não participações.



Figura 5: Trilha de participação sem comentários
Disponível em: www.participa.br/plugin/community_track/public/all_tracks/8419

Como coloca a ex-consultora entrevistada, houve uma mudança no pensamento sobre o Participa.br por parte dos órgãos públicos, já que a ideia inicial era criar várias trilhas e concretizar consultas públicas por meio das etapas de votação, comentários e consolidação das propostas. Segundo a entrevistada, no início a ideia era se aproximar dos órgãos públicos para que eles criassem um espaço dentro da plataforma e se apropriassem deste espaço, em 2013. Em 2014 as pessoas do governo começaram a não entender a proposta e ver o participa apenas como mais um portal

como outro qualquer, porém, mais acessível. Dessa forma começaram a ver o portal apenas como uma vitrine para fazer transmissões de eventos, contrário ao objetivo do portal que era criar consultas públicas, chegando ao momento em que havia vários eventos para cobrir, e uma quantidade reduzida de consultas públicas; foi sendo deixado de lado. Eram criados os fóruns para as pessoas comentarem, votarem, analisarem minutas de documentos, mas começaram a utilizar a plataforma como um portal de notícias perdendo assim o objetivo inicial.

À primeira vista, o uso do Participa.br pelo usuário pode parecer um pouco mais complicado de se gerenciar do que aparenta, devido à maior quantidade de recursos oferecidos. Além disso, apesar de o objetivo inicial ser a aproximação da sociedade com um estilo de rede social, a linguagem utilizada em muitas trilhas sugere o uso por pessoas que já têm conhecimento técnico na área, uma característica que pode limitar a inclusão de novos atores no processo de participação.

De acordo com a ex-consultora, a ideia era popularizar o Participa.br, levando ao cidadão assuntos de interesse comum, de forma que as pessoas se interessassem e mobilizassem outras pessoas para participarem. Porém, a plataforma foi se tornando um nicho de pessoas que já participavam sempre e possuíam conhecimento sobre o assunto tratado, como o orçamento, que não é um assunto muito popular e de fácil compreensão para leigos.

O Dialoga Brasil por sua vez é muito mais recente, tendo sido lançado em julho de 2015 como mais uma ferramenta de participação digital voltado à participação política livre e consciente. A iniciativa declara buscar, por meio das ideias e propostas dos diversos setores da sociedade, ampliar o processo de participação política e social na elaboração e execução das políticas públicas, bem como melhorar as ações e programas estratégicos do Governo Federal.



Figura 6: Tela inicial do portal Dialoga Brasil
Disponível em: www.dialoga.gov.br

A plataforma permite aos usuários fazerem sugestões para melhorar os programas, curtir propostas de outros participantes e conhecer as principais ações do governo federal. Assim, a então Secretaria-Geral da Presidência da República, atual Secretaria de Governo, disponibiliza, por meio da Plataforma, uma variedade de conteúdo e recursos online, como notícias, publicações, imagens, áudios e vídeos relacionados aos programas estratégicos do Governo Federal. Ainda permite a participação em bate-papo virtual com Ministros relacionados aos temas.

Segundo o site institucional do Dialoga Brasil, a plataforma prevê 14 temas e 80 programas prioritários do governo federal para que a população proponha melhorias nas políticas públicas e na vida dos brasileiros. Entretanto, durante o período da pesquisa estavam disponíveis apenas 5 temas, sendo estes: Cultura, Saúde, Educação, Segurança Pública e Redução da Pobreza. Os temas se subdividem em 27 programas, dentro dos quais a sociedade pode sugerir propostas que devem ser votadas pelos demais usuários para eleição das melhores propostas em cada programa. O Governo Federal planeja, em novembro de 2015, começar a responder as três propostas mais apoiadas de cada programa registradas até 31 de outubro de 2015. As propostas serão classificadas de acordo com o saldo de interação (número de apoios recebidos menos o número de não-apoios recebidos) dividida pela diferença de exibições entre elas.



Figura 7: interface da área de participação no Dialoga Brasil
Disponível em: <http://dialoga.gov.br/#/programas/121501>

O usuário que deseja enviar uma proposta, apoiá-la, compartilhá-la ou participar de bate-papo virtual com Ministros, deve registrar-se com seus dados pessoais ou utilizando os dados de sua conta pessoal no Facebook ou Google+. As propostas devem ser feitas em área designada, com texto limitado a 200 caracteres. Ademais, devem ser relacionadas a um dos programas estratégicos de governo constantes na plataforma. Não há limitação quanto à quantidade de propostas com que cada usuário pode contribuir. Todavia, as propostas devem, antes de publicadas, passar por moderação, limitando a participação direta efetiva, como já observado em outras plataformas governamentais de participação que se utilizam do mesmo método. A proposta passa a depender do critério do gestor para ser aprovada. A moderação é feita no prazo de até 48 horas, não sendo permitida a edição da proposta após o envio.

Passados poucos meses desde o seu lançamento, o Dialoga Brasil já conta com uma quantidade expressiva de usuários cadastrados, alcançando quase o dobro de usuários que o Participa.br teve em toda sua história – 13,5 mil usuários em outubro de 2015. Após 3 meses de atividades, o Dialoga Brasil já passa dos 21 mil usuários cadastrados e mais de 10 mil propostas, sendo que o programa relacionado à Educação Básica recebeu a maior quantidade de propostas até o momento – mais de 2 mil propostas. Um fator que pode contribuir para esse rápido crescimento do Dialoga é a grande divulgação que tem sido feita em todas as mídias de comunicação. A página

oficial do Dialoga Brasil no Facebook, por exemplo, já conta com mais de 27 mil curtidas, como mostra a imagem a seguir, extraída do Facebook.

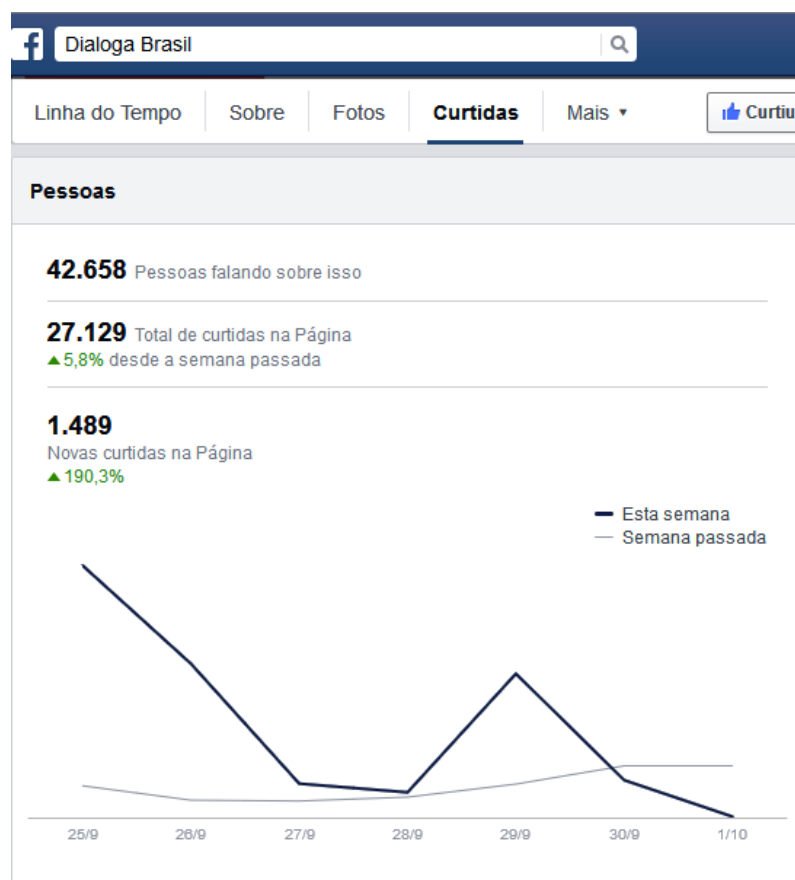


Figura 8: Curtidas do Dialoga Brasil no Facebook
Disponível em: <https://www.facebook.com/DialogaBrasil/likes>

Porém, uma das características encontradas nesta plataforma – ao contrário do Participa.br – é a impossibilidade de o usuário escrever comentários em busca de melhorar propostas, estando a participação limitada a propor novas ideias a programas já existentes, apenas, bem como curtir e compartilhar nas redes sociais as propostas que lhe agradarem, o que demonstra uma limitação do fluxo multidimensional de informação e uma menor efetividade dos requisitos de responsividade e porosidade, como apontado por Gomes (2006) e Silva (2011). A plataforma caracteriza-se por um reforço individual de ideias, com curtidas e não curtidas, como uma grande ouvidoria do Estado, ao invés de uma construção coletiva ou coprodução de programas e ações governamentais, como ocorre no Participa.br.

Apesar de possuir uma menor possibilidade de interação, o Dialoga Brasil se destaca em relação à interface simplificada, intuitiva, de fácil compreensão e manuseio por parte do usuário. Ademais, houve uma mudança na linguagem utilizada, menos técnica e mais acessível, podendo indicar um dos motivos para maior aceitação e consequente aumento do número de usuários em tão pouco tempo. Como sugere Faria (2012), os cidadãos preferem apresentar suas ideias de forma mais simplificada.

Além disso, outro ponto observado diz respeito aos comentários no Participa.br que são, em sua maioria, de alguns meses atrás, indicando uma possível migração dos usuários para a nova plataforma lançada, o Dialoga Brasil, que no momento recebe maior apoio político – ao contrário do Participa.br –, ou mesmo outras plataformas, como o e-Democracia.

Requisitos Democráticos

Publicidade

Com relação ao requisito da publicidade, que consiste na dimensão da transparência do Estado, a plataforma Participa.br se mostrou satisfatória na medida em que disponibiliza Termo de Uso, boa quantidade de informação sobre os temas tratados, principalmente pelas comunidades e pelos variados canais de comunicação presentes, como conferências e as principais redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube e Flickr.

Ainda, a plataforma tem ferramentas que permitem a discussão sobre o tema e uma relação mais densa de comunicação e argumentação entre representantes e representados. Assim, encontramos o nível informativo, principalmente por meio das redes sociais, além dos níveis instrutivo e argumentativo nas informações disponibilizadas dentro da plataforma. Na figura abaixo, algumas ferramentas utilizadas no Participa.br.



Figura 9: Ferramentas do Participa.br
Disponível em: <http://www.participa.br/>

Vale ressaltar que, segundo a ex-consultora entrevistada, as pessoas não gostam de participar de uma plataforma que seja complicada, criando uma barreira.

Assim, para evitar essa barreira, foi feito um trabalho de benchmarking⁷ sobre as redes sociais, a fim de utilizar um estilo de rede social adaptado à consulta pública, com acesso rápido e facilitado.

Já o Dialoga Brasil, em relação à característica da publicidade difere um pouco, na medida em que é mais voltado para os níveis informativo e instrutivo. Assim como o Participa.br, possui Termo de Uso, necessário para cadastro e utilização, bem como está presente nas principais redes sociais, como Facebook, Twitter, e Google+, ambientes que disponibilizam informações sobre a plataforma. Ademais, cada programa traz consigo informações necessárias para conhecimento e construção das propostas. Assim, a plataforma não demonstra muitas características do nível argumentativo neste primeiro momento.

Como já apontava Silva (2011), o requisito da publicidade é, atualmente, o mais desenvolvido nas plataformas governamentais.



Figura 10: Programas do tema Educação no Dialoga Brasil
Disponível em: <http://dialoga.gov.br/#/temas/educacao/181>

⁷ O benchmarking consiste em aprender com outras empresas, sendo um processo de comparação de produtos, serviços, e práticas empresariais.

Responsividade

Sobre o requisito da responsividade, como proposto por Silva (2011), este é evidenciado pelo diálogo entre Estado e sociedade, desde serviços online e respostas simples por e-mail, como também por fóruns e chats por meio de discussão e argumentação entre os usuários e os representantes do Estado, em que a sociedade indaga e o Estado responde, levando à deliberação em conjunto; é, por isso, de suma importância para a caracterização de uma democracia participativa.

Assim, a pesquisa observou no Participa.br maiores possibilidades de diálogo do Estado com o cidadão devido ao formato adotado pela plataforma, priorizando ferramentas dialógicas de cunho deliberativo, com a utilização de fóruns e fluxo multidimensional de informação. Na figura a seguir vemos um exemplo de interação entre usuário e gestor.



Figura 11: Diálogo entre usuário e gestor no Participa.br

Disponível em: <http://www.participa.br/softwarepublico/processo-de-evolucao-do-portal-do-software-publico-brasileiro>

A plataforma também oferece a possibilidade de enviar e-mails para os administradores do portal, ainda que durante a pesquisa não tenha sido possível obter respostas aos questionamentos feitos por meio do canal de dúvidas e informações disponibilizado, o que pode indicar certo abandono do Participa.br no momento atual e maior atenção ao Dialoga Brasil. Assim, foram encontrados os níveis informativo, instrutivo e argumentativo no nível da responsividade.

O Dialoga Brasil, por sua vez, se preocupa em permitir que o usuário construa propostas que não necessariamente serão respondidas, haja vista que a previsão é de que o Estado responda às três propostas mais votadas. Ademais, a plataforma disponibiliza bate-papo virtual com ministras e ministros, além do que o e-mail disponibilizado para enviar questionamentos aos administradores funciona. Assim, encontramos indícios de responsividade nos níveis informativo, instrutivo e argumentativo. Na figura a seguir vemos o ranking de propostas de um dos programas do Dialoga.

Total de propostas para o programa Educação Básica: 2014 Última atualização há 11 minutos

Posição ?	Propostas	Exibições		
1°	Reorganização Curricular do Ensino Médio. Estudar a possibilidade de uma grade [...]	2156	608	70
2°	Introdução à Política, Direito e Economia Doméstica (ou a matéria Cidadania) dev [...]	1832	490	59
3°	Garantir nas Escolas a inclusão de Assistentes Sociais e Psicólogos! [...]	1567	399	58
4°	Sugiro que os estudantes do ensino médio tenham aulas básicas sobre a constit [...]	1583	390	59
5°	Educação em horário integral [...]	1616	399	86
6°	Aumento dos salários de todos os professores e criação de um plano de desenvc [...]	649	192	24
7°	Valorizar as escolas com bons índices na Prova Brasil a partir de investimentos ei [...]	1477	242	86
8°	Obrigatoriedade de se ter uma biblioteca em toda escola de nível fundamental e [...]	552	185	18
9°	Sugiro que os estudantes do ensino Médio tenham aulas de conhecimentos bás [...]	610	172	30
10°	Minha sugestão é que seja implantado novamente a matéria OSPB, Organização: [...]	1562	245	104

« 1 2 3 4 5 ... 201 202 »

Figura 12: Ranking de propostas sobre Educação Básica no Dialoga Brasil
Disponível em: <http://dialoga.gov.br/#/programas/103494/resultados>

Porosidade

A porosidade, por sua vez, é encontrada em ambas as plataformas, sendo o requisito que permite ao usuário influenciar o órgão e tornar o Estado suscetível à opinião pública. Porém, deve-se considerar que a porosidade também possui diferentes formas de materialização, níveis de maior ou menor intensidade, tendo como ápice a deliberação de decisões por parte da sociedade e a posterior comunicação ao Estado que deverá incorporar e executar as ações. Este seria o último nível da porosidade, chamado de “decisório”.

As plataformas analisadas ainda não chegaram a esse nível de porosidade, tendo sido encontrados mecanismos de nível informativo e argumentativo, como por exemplo: sondagens de opinião, formulários online voltados para colher opinião do cidadão sobre projetos e ações do Estado, propostas discursivamente estruturadas que visam serem subsídios a se considerar em processos decisórios.

Os três mecanismos (publicidade, responsividade, porosidade) precisam funcionar de modo integrado e sistêmico, se complementando e se influenciando. Dessa forma, como coloca Silva (2011), nota-se que os requisitos democráticos podem se materializar simultaneamente em diversos níveis, de forma similar ou heterogênea.

As duas plataformas analisadas demonstram as múltiplas possibilidades que o Estado tem para construir ferramentas de participação política digital, utilizando diferentes mecanismos, cada uma com suas vantagens e desvantagens, mas que na prática buscam efetivar e consolidar o papel da sociedade como agente participante no processo de construção e decisão política.

CONCLUSÃO

A internet, há muitos anos, tem sido apontada como um dos caminhos para solucionar o déficit democrático devido às suas múltiplas funcionalidades e, como Freitas (2014) já apontava, vemos o interesse da sociedade em participar de modo mais direto dos assuntos do Estado, de forma que o uso da internet, a princípio, poderia fortalecer a democracia, instrumentalizar e aperfeiçoar as práticas participativas e, assim, atenuar a possível crise de representatividade.

Com o avanço das tecnologias e a utilização cada vez maior na gestão pública, a interação com a sociedade tem aumentado, com maior exposição das atividades governamentais, e, num segundo momento, com abertura para o diálogo e a participação da sociedade em tarefas que anteriormente eram restritas aos agentes estatais, aumentando a capacitação política da sociedade.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar e compreender duas ferramentas digitais desenvolvidas pela hoje extinta Secretaria-Geral da Presidência da República – Participa.br e Dialoga Brasil – as quais declaram buscar concretizar a democracia participativa no Brasil e o exercício da cidadania, por meio do empoderamento do cidadão ao fornecer canais que disponibilizam informações qualificadas e formas de participação na formulação das políticas públicas. Dessa forma buscou-se nesta pesquisa verificar a efetividade das ferramentas disponibilizadas.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, para a qual foi utilizada entrevista semiestruturada e análise documental, buscou-se compreender as características e os objetivos de cada plataforma para realizar uma análise comparativa de modo a verificar as mudanças entre uma e outra e como se efetiva a participação da sociedade. Além disso, buscou-se analisar em que medida estão presentes os requisitos democráticos propostos por Silva (2011).

Desta forma, o Participa.br surge num momento de mobilização social e protestos políticos, alinhado aos objetivos da Política Nacional de Participação Social, a qual preza pela adoção de tecnologias livres. Nesse sentido, a plataforma utiliza o software livre noosfero e apresenta características mais dialógicas de comunicação. O

Participa.br é criado como um espaço de fácil acesso, com variados recursos de comunicação e interação para o cidadão se manifestar e debater com o objetivo de, ao final das discussões, participar de forma mais direta da construção de políticas públicas efetivas.

O Participa.br surge com o objetivo de conseguir se aproximar da sociedade, de forma que o cidadão se sinta parte da plataforma ao participar. Destaca-se a importância que o apoio político e as mobilizações sociais exercem na implementação das políticas públicas, haja vista que a plataforma já estava sendo desenvolvida há algum tempo, porém a conjuntura não era favorável até surgirem os protestos em junho de 2013. Outra importante descoberta da pesquisa diz respeito à mudança ocorrida na utilização da plataforma; lançada com características precipuamente responsivas argumentativas, de produção de políticas públicas por meio de consultas públicas, transformou-se em uma plataforma com um nível maior de publicidade informativa com transmissão de eventos e conferências, mais próxima dos portais de notícias. Tal mudança de percepção e utilização do Participa.br por parte dos agentes políticos é também um fator importante para explicar o baixo número de trilhas de participação abertas.

Apesar da mudança de características, o Participa.br obteve resultados efetivos, como a consulta pública sobre o regimento das ouvidorias federais, a consulta pública sobre o futuro da internet, bem como a consulta pública sobre a Política Nacional de Participação Social.

O Dialoga Brasil, por sua vez, é uma plataforma que procura incluir a sociedade no processo de elaboração e execução de políticas públicas por meio de propostas votadas e ranqueadas com o objetivo de melhorar os programas do governo federal. A plataforma procurou manter as características de redes sociais, com curtidas e compartilhamento de propostas, bem como a facilidade de acesso.

Porém, ao contrário do que poderia se esperar, a plataforma, num primeiro momento, não parece ampliar ou aprofundar a participação política digital, na medida em que não aprimora ou agrega novas funções às já existentes no Participa.br. O Dialoga Brasil se mostra uma ferramenta mais engessada, com menos possibilidades

de interação e participação do cidadão, limitando os debates e construções coletivas. Ademais, pode-se questionar a moderação que é feita antes que as propostas sejam publicadas como mais uma forma de limitação da participação. Assim, o Participa.br apresenta características que o aproximam mais do modelo de participação democrática direta do que o Dialoga Brasil.

Embora possua mais características do nível da publicidade do que da responsividade e porosidade, o Dialoga Brasil tem recebido maior apoio político no momento, fazendo com que a plataforma ganhe destaque e maior projeção que o Participa.br. Um fator que pode contribuir para o maior crescimento do Dialoga Brasil é a experiência obtida anteriormente com o Participa.br, tendo possivelmente elevado a capacitação política dos usuários.

Outro fator que despertou curiosidade é o fato de que o Participa.br tem feito propaganda em sua página na internet sobre o Dialoga Brasil, incentivando uma possível migração dos usuários. Tais ações de propaganda demonstram o possível desinteresse governamental em prosseguir com o Participa.br no momento. Ademais, ajudam a compreender como o apoio político é determinante tanto para o lançamento quanto para a continuidade ou não de uma iniciativa.

Como o objetivo desta pesquisa não foi verificar os resultados das plataformas, mesmo porque o Dialoga Brasil ainda não possui resultados, sugere-se o aprofundamento do tema para futuras pesquisas que possam verificar a aplicação das questões propostas e discutidas no Participa.br.

Uma questão que dificultou a pesquisa foi a reforma ministerial ocorrida, bem como a realocação de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência com o lançamento do Dialoga Brasil, limitando o acesso aos gestores que não se sentiram à vontade para falar sobre o Participa.br. Esse fato gerou uma reformulação da pesquisa, a qual a princípio se concentraria apenas na análise do Participa.br de forma mais aprofundada.

Por fim, como coloca a ex-consultora da então Secretaria-Geral da Presidência entrevistada, o desafio é conseguir apoio político e maior controle da sociedade sobre

a continuidade das iniciativas, haja vista que hoje o Participa.br está pouco movimentado; sugere, até mesmo, o uso do Dialoga Brasil, o que pode indicar um futuro não muito longo de suas atividades. Porém, se houvesse participação e envolvimento efetivo da sociedade, cobrando, mandando mensagem, e-mail, ligando, protocolando questionamentos, o Participa.br poderia não estar parado como está atualmente.

Observa-se que é fundamental a vontade política para a implementação e sustentabilidade das iniciativas inovadoras, pois é necessário ter líderes que as coordenem, técnicos e pesquisadores para dar continuidade, mas também precisa de vontade das pessoas, que cobrem, questionem as coisas públicas, da mesma forma que cobram questões de interesse particular; pois quando queremos cobrar algo sobre a fatura do cartão de crédito que veio errado, nós vamos até o final. Então falta a mesma vontade e envolvimento com as questões de natureza pública.

Assim, as plataformas analisadas demonstram a importância do controle social sobre o Estado e a necessidade de participação e apropriação, por parte da sociedade, das ferramentas criadas, para o fortalecimento da cultura política participativa. O controle social pode garantir que as novas ferramentas sejam desenvolvidas e que as já criadas não percam sua função e utilidade por desinteresse tanto do Estado como dos próprios usuários que podem deixar de acreditar na efetividade dos mecanismos desenvolvidos.

As teorias utilizadas serviram para alcance dos objetivos, porém, esta pesquisa trouxe não somente respostas como novas perguntas.

Ficam algumas indagações a serem respondidas como: Por que criar uma nova plataforma como o Dialoga Brasil, dentro de um mesmo órgão, que a princípio busca o mesmo fim, ao invés de consolidar o Participa.br? Por que uma plataforma com menos recursos que a anterior? Seria fruto de disputas políticas? Perguntas que poderão ser respondidas em futuras pesquisas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMARAL, Marcelo. Internet e participação política: o uso da internet pelo cidadão. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista, Ba, v.8, n.10 , p.109-124,jul. 2010

BARROS, José Márcio; BRAGA, Núbia Ribeiro. O Decreto da Polêmica—disputas midiáticas em torno da participação social no Brasil. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano**, v. 5, n. 5, 2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. Democracia republicana e participativa. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, v. 71, p. 77-91, mar. 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

DA CONCEIÇÃO ROSSINI, Patricia Gonçalves. O papel do cidadão nas ferramentas de Democracia Digital no Brasil: uma análise do desenho interativo das Comunidades Legislativas do Portal E-Democracia. **Compólitica**, v. 4, n. 2, p. 135-154, 2015.

DINIZ, Eduardo Henrique et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 23-48, 2009.

FARIA, C. F. S. D. **O Parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?** Brasília: Edições Câmara, 2012.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. Cadernos EBAPE.BR, 11(3): 402-418, 2013

FREITAS, C. S. Democracia Participativa Digital no Brasil: Projetos e Realidade. In: 2 Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2014, Brasília. Anais do 2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2014.

FREITAS, CHRISTIANA SOARES DE ; FIUZA, F. ; QUEIROZ, F. . Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil. *Organizações & Sociedade (Online)*, v. 22, p. 639-657, 2015.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 1, n. 27, 2006.

GUIMARÃES, Simone. A participação social junto ao poder público brasileiro na garantia dos direitos humanos. Disponível em: http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2015/03/AIRES_GUIMAR%C3%83ES.pdf. Acesso em 21/05/2015

GUZZI, Drica. **Web e participação: a democracia no século XXI**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

ITUASSU, Arthur. Participação, cidadania e ciberdemocracia no Brasil. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós, Brasília**, v. 14, n. 2, 2011.

ITUASSU, Arthur; AZEVEDO, Dilvan. Repolitizando a representação: Uma teoria para iniciativas digitais em prol dos processos político-representativos no Brasil. **Compólitica**, v. 3, n. 2, p. 77-106, 2013.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Democracia Online e o Problema da Exclusão Digital. **Intexto**, n. 30, p. 93-113.

NEVES, Barbara Coelho. Políticas de informação, as tecnologias de informação e comunicação e a participação no âmbito da sociedade da informação: enfoque na inclusão digital do global ao local. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 1, abr. 2010.

PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; DOS SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. Sociedade Civil e a eParticipação em Políticas Públicas: o Índice de Participação Política e Influência (IPPI) do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. **Encontro da compólitica**, v. 4, 2011.

PIENIZ, Monica. **Novas configurações metodológicas e espaciais: etnografia do concreto à etnografia do virtual**. Revista Elementa. Comunicação e Cultura Sorocaba, 2009

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, v. 1, n. 3, 2014.

POSSAMAI, Ana Júlia. Democratização do Estado na era digital: e-participação no ciclo de políticas públicas. 2011.

RODRIGUES, A. A. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública. In: DE SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013

RODRIGUES, Izabela França; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Contribuições e potenciais da governança eletrônica para a democracia: transparência, controle público e participação cidadã - uma análise dos sítios das secretarias de estado de Minas Gerais. In: **III Congresso Consad de Gestão Pública**. 2010

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento et al. Democracia digital e participação: um estudo sobre iniciativas civis no Brasil. **Lumina**, v. 5, n. 2, 2011.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo Eletrônico ou Governança Eletrônica – Conceitos alternativos no Uso das Tecnologias de Informação para o Provimento de Acesso Cívico aos Mecanismos de Governo e da Reforma do Estado. In: **VII Congresso del CLAD**. 2002.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 446-477, 2010.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2002), "Para ampliar o cânone democrático", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. **Coletâneas. Volumes**, v. 1, 2007.

SCHOMMER, Paula Chies. Gestão Pública no Brasil: notícias do teatro de operações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 102-107, 2003.

SILVA, S. P Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. *Participação política e internet no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011, p.123-146.

TAVARES, Francisco Mata Machado. Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 39-70, 2012.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, et al. *Para Além Do Voto: Uma Narrativa Sobre a Democracia Participativa No Brasil (1975-2010)*. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2013.

TEIXEIRA, ANA CLAUDIA CHAVES. Da participação com "transformação social" para a participação como "escuta". São Paulo: 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014.

Vizeu, F., Bin, D. (2008) Democracia deliberativa: leitura crítica do caso CDES à luz da teoria do discurso. *Revista de Administração Pública*, 42(1): 83-108.

APÊNDICE

Roteiro da entrevista realizada com a ex-consultora de comunicação do Participa.br

1. Você poderia falar um pouco sobre como surgiu o Participa.br? Por que surgiu?
2. Quem foram os principais responsáveis pela sua criação?
3. Ele estava planejado para ser lançado naquele momento, coincidindo assim com a situação política pela qual o país passava, ou foi resultado de pressões externas e internas para dar uma resposta à sociedade?
4. Quais eram os objetivos iniciais da Plataforma?
5. Durante a pesquisa, encontramos poucas trilhas de participação abertas. A gente pode concluir que isso é porque os objetivos do participa foram mudando com o tempo? Teria como a gente definir etapas diferentes da história do participa desde a sua criação?
6. Na sua visão, a plataforma é efetiva para a produção compartilhada e colaborativa de projetos de lei com a sociedade? Ela traz os resultados desejados?
7. A plataforma, criada em software livre ao longo de sua história passou por aprimoramentos? Implementou novas ferramentas que facilitem a participação?
8. A plataforma foi criada como uma grande iniciativa, mas acabou sendo deixada um pouco de lado para o desenvolvimento de uma nova plataforma (Dialoga Brasil). Você acredita na continuidade do Participa.br?
9. Quais os motivos para uma possível mudança de foco governamental e não continuidade da política optando por desenvolver uma nova plataforma?
10. A sociedade demonstra interesse em participar dos espaços criados no participa?
11. Você diria que os espaços de participação na plataforma têm se tornado nichos de grupos específicos que já atuam em outros espaços ou que trabalham na área?

12. Você acredita que as mídias sociais de participação são o caminho para o fortalecimento da democracia participativa? Por quê?
13. Quais as limitações e os desafios encontrados para continuidade e expansão de programas com essas características?